



## Congresso

# Senado recebe propostas para eliminar reeleição e fixar mandatos de cinco anos

— Sugestões de PECs são apresentadas pelo relator do novo Código Eleitoral aos líderes partidários; relatório vai incluir mudanças na prestação de contas e prazo de inelegibilidade

GABRIEL HIRABAHASI  
MARCELO DE MORAES  
BRASÍLIA

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do novo Código Eleitoral, disse ontem que apresentou aos líderes partidários do Senado três sugestões de propostas de emenda à Constituição (PECs) para acabar com a reeleição e fixar os mandatos em cinco anos, e não mais quatro, como é atualmente. Essas três propostas contêm diferenças entre elas, como definir se as eleições municipais e presidenciais serão realizadas no mesmo ano ou de forma intercalada, como ocorre hoje.

trouxe mais problemas do que vantagem. Esse ponto é um dos poucos consensos da proposta, já que há divergências declaradas sobre o tempo de duração dos mandatos e da possibilidade de coincidência dos mandatos de todas as esferas para tentar realizar apenas uma eleição geral.

Como simultaneamente Castro também está apresentando seu relatório para o novo Código Eleitoral, o senador reconhece que ainda haverá muito terreno para se avançar dentro dessas discussões. “Isso aqui vai ter emenda que não vai acabar mais”, admitiu o senador.

Outro problema é a dificuldade para discutir qualquer proposta mais densa com o calendário eleitoral de 2024 se aproximando. Numa discussão que mexe diretamente com os interesses da classe política, a tendência é de que os debates se prolonguem e que, mesmo avançando, precisará ser chancelados pela Câmara dos Deputados. No caso do Código Eleitoral, esse problema é menor porque a proposta já passou pela Casa. Mesmo assim, deve valer somente depois de 2026 e terá de ser apreciada novamente pelos deputados, já que Castro fez “muitas mudanças”.

**INELEGIBILIDADE.** Entre os pontos que serão incluídos no relatório estão mudanças nos prazos de inelegibilidade e de desincompatibilização (quando um político ou servidor público precisa deixar o cargo antes de uma eleição). Sobre o impedimento legal de disputar eleições, o senador disse que vai manter o texto da Câmara e fixar uma data única para o início da contagem do período de inelegibilidade. Será em 1.º de janeiro do ano subsequente. Esse dispositivo é



O senador Marcelo Castro, relator do novo Código Eleitoral, durante reunião com líderes partidários

importante porque, em casos de condenação por abuso de poder político e econômico em uma eleição, por exemplo, o prazo de inelegibilidade atualmente é aplicado a partir da data da eleição.

O caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é um exemplo disso. A inelegibilidade de oito anos aplicada a Bolsonaro pela

Justiça Eleitoral começa a valer a partir da data da eleição de 2022 (2 de outubro). Em 2030, o pleito é em 6 de outubro (portanto, mais de oito anos depois do início do prazo de inelegibilidade).

Se o entendimento do Código Eleitoral proposto por Marcelo Castro já estivesse valendo, a pena passaria a valer a partir de 1.º de janeiro de 2023 – e, portanto, Bolsonaro também estaria fora do pleito de 2030. Como o Código Eleitoral ainda não foi aprovado e há um entendimento na Justiça de que regras mais duras não podem retroagir para punir um réu ou condenado, mesmo que aprovado o projeto, ele não valeria para o ex-presidente.

**QUARENTENA.** Outro ponto citado por Castro que estará em seu relatório é a quarentena para que juízes, promotores, policiais e militares sejam candidatos. Esses profissionais deverão deixar seus cargos com qua-

tro anos de antecedência, segundo Castro. “Juízes, promotores, policiais, militares, quem ser políticos? Abandonem a magistratura, o Ministério Público, a carreira militar, e vão ser políticos. As duas coisas não dão certo”, disse o senador. Essa regra, porém, deverá valer somente após 2026, afirmou o relator da proposta.

Ele disse que deve devolver à Justiça Eleitoral a função de reunir a prestação de contas dos candidatos. O texto aprovado pela Câmara deu essa tarefa à Receita Federal. Castro declarou, ainda, que estabelecerá novas regras para a prestação de contas para simplificar o processo de candidatos com poucos gastos. Candidatos que tiverem gastos de menos de R\$ 25 mil, por exemplo, terão um formulário simplificado para preencher e enviar à Justiça Eleitoral, como forma de facilitar o processo e evitar elevadas despesas com advogados e contadores. ●

“Juízes, promotores, policiais, militares, quem ser políticos? Abandonem a magistratura, o Ministério Público, a carreira militar, e vão ser políticos. As duas coisas não dão certo”

Marcelo Castro (MDB-PI)  
Senador e relator do novo Código Eleitoral

## TSE multa Haddad por propaganda irregular em 2022

LAVÍNIA KAUCZ  
BRASÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) multou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por

propaganda eleitoral irregular na campanha de 2022, quando ele disputou o governo de São Paulo pelo PT. A Corte atendeu a pedido da coligação do ex-candidato tucano, Rodrigo Garcia. O valor da multa é de R\$ 10 mil.

O recurso de Garcia foi ajuizado contra decisão monocrática do ministro Floriano de Azevedo Marques, que reformou acórdão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e afastou a multa. Agora, o

TSE derrubou a determinação de Azevedo Marques.

O motivo da condenação foi a campanha de Haddad ter direcionado a busca pelo nome de Garcia no Google para o site do petista. “O núcleo da pesquisa é alterado, produzindo o direcionamento a outras informações que não aquelas busca-

das pelo consultor, caracterizando desinformação”, disse o ministro Raul Araújo, que foi seguido por Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia, Gilmar Mendes (que votou como substituto de Kassio Nunes Marques) e Isabel Gallotti.

Haddad não havia se manifestado até a noite de ontem. ●